

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

**RELAÇÕES ENTRE O SISTEMA DE CRENÇAS E AS ATITUDES
CORPORATIVAS PARA O MEIO AMBIENTE**

**RELATIONS BETWEEN THE BELIEF SYSTEM AND CORPORATE ATTITUDE
FOR THE ENVIRONMENT**

Luiz Henrique Figueira Marquezan, Carlos Alberto Diehl e Eloy Antonio Fenker

RESUMO

Esse artigo procurou identificar relações estatísticas entre a ênfase em declarações ambientais nos sistemas de crenças das empresas e as ações corporativas para o meio ambiente em dois aspectos: *disclosure* verde voluntário; atividades ambientais. Os testes foram realizados por regressão linear, sobre dados de 2012 de 85 empresas listadas na BM&FBovespa. Encontraram-se relações positivas para o *disclosure* em relatórios dedicados à temática, não apresentando relação significativa com divulgação via website, relatórios de administração e meios contábeis, reforçando a percepção de que as empresas não reconhecem financeiramente os impactos ambientais, utilizando meios não sujeitos a normas ou auditorias. Quanto às práticas ambientais, identificaram-se relações positivas com a manutenção de projetos ambientais e a obtenção de premiações e certificações ligadas ao tema, e negativa para redução de processos judiciais de matéria ambiental. Ainda, contrariamente ao esperado, a pesquisa não identificou relação entre a divulgação de informações e as atividades ambientais, na maioria dos casos. A pesquisa contribui para as discussões sobre o uso do sistema de crenças como direcionador do comportamento. Em particular, por abordá-lo quanto aos reflexos sobre atitudes pró meio ambiente sob diversos aspectos, propondo novas variáveis.

Palavras-chave: sistema de crenças, alavancas de controle, gestão ambiental, *disclosure* verde.

ABSTRACT

This article aimed to identify statistics relationship between the emphasis about environmental statements in the belief system of firms and the corporate actions for the environment in two aspects: voluntary green disclosure; environmental activities. The tests were made by linear regression, about 2012 year data of 85 public firms from BM&FBovespa. We found positive relationships for disclosure in dedicated reports, not showing significant relationship with disclosure by website, administrative and accounting reports, reinforcing the perception about companies do not recognize financially the environmental impacts, using means not subjects to standards and audits. About the environmental practices, were identified positive relationships with the maintenance of environmental projects and obtaining awards and certifications related the environmental theme, and negative for reduction of judicial proceedings. Further, contrary to expectations, the research identified no relationship between the green disclosure and environmental activities, in most cases. The research contributes for the discussions about the use of belief system how driver behavior. In particular, the approach about the reflections in attitudes pro environment in many ways, proposing new variables.

Keywords: belief system, levers of control, environmental management, green disclosure.

1 INTRODUÇÃO

A ampliação das atividades organizacionais trouxe, dentre outros reflexos, maior pressão sobre os impactos ambientais e sociais resultantes, assim como por atitudes corporativas que contribuam de alguma forma nessas esferas (HILLMAN; KEIM, 2001). Dessa forma, a agenda das empresas passou por mudanças quanto às preocupações com a sociedade e o meio ambiente, além da premissa econômica. A evolução das preocupações ambientais, principalmente a partir da década de 1960 resultou em práticas organizacionais hoje mais difundidas e ampliadas, incluindo a discussão de um conceito mais amplo, de responsabilidade social corporativa (CSR), principalmente a partir da década de 2000 (MOSTOVICZ; KAKABADSE; KAKABADSE, 2011).

Ainda, a ampliação das pressões por comportamentos dessa natureza resulta em cobranças sociais que necessitam atendimento por parte das organizações, alinhado à busca pela legitimidade (SHOCKER; SETHI, 1973), fator estratégico para as empresas. Nesse sentido, há necessidade da inclusão de preocupações e atitudes relacionadas ao meio ambiente nas estratégias organizacionais. Para atender a esse ponto, as organizações podem utilizar as declarações formais dos seus sistemas de crenças, que atuam como indutores do comportamento organizacional para o alcance das estratégias corporativas (SIMONS, 1995).

Tal fato já ocorre nas empresas, em que as questões ligadas à responsabilidade social corporativa foram identificadas em grande parte das declarações de missão (KING; CASE; PREMO, 2010), referentes a ética, responsabilidade social e proteção ao meio ambiente, etc. Porém, podem ocorrer divergências entre as declarações e as efetivas práticas organizacionais (KHANDELWAL; MOHENDRA, 2010), em ocasiões em que as atitudes corporativas tenham fins mercadológicos e/ou institucionais (CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009; PRAJOGO; TANG; LAI, 2012), não resultando em ações relacionadas diretamente ligadas aos temas e intenções declarados em seus sistemas de crenças, tal como as preocupações ambientais.

Considerando tais elementos, a pesquisa busca identificar relações estatísticas entre a ênfase em declarações ambientais nos sistemas de crenças das empresas e as ações corporativas ligadas ao *disclosure* verde voluntário e às atividades ambientais. Para isso, além dessa introdução, utilizou-se de referencial sobre responsabilidade ambiental e legitimidade organizacional, e o sistema de alavancas de controle de Simons (1995); segue com a descrição das hipóteses e a metodologia utilizada, a descrição dos testes estatísticos e a discussão dos resultados, finalizando com as principais conclusões e a lista de obras pesquisadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL

As preocupações com o meio ambiente não são recentes (MOSTOVICZ; KAKABADSE; KAKABADSE, 2011) e estão inseridas em diversos contextos das empresas (HILLMAN; KEIM, 2001; KING; CASE; PREMO, 2010). Como o assunto é global as cobranças sobre as empresas foram ampliadas (HILLMAN; KEIM, 2001), integrando-se entre os critérios de legitimidade para que a empresa continue atuando, em virtude do contrato social existente implicitamente entre sociedade e organização (SHOCKER; SETHI, 1973).

O comportamento socialmente correto da organização está relacionado à adequação das atitudes aos costumes, regras, princípios e valores do ambiente (SUCHMAN, 1995). Para legitimar-se, a empresa necessita ser percebida pela sociedade sobre essas questões (SHOCKER; SETHI, 1973), o que pode levar a comportamentos relacionados à conservação do meio ambiente e à divulgação voluntária dessas informações.

Diversos estudos procuraram investigar o *disclosure*, voluntário ou não, de informações ambientais e seus motivadores. Mobus (2005) identificou uma relação negativa entre a obrigação de divulgação de informações ambientais e violações regulatórias subsequentes, percebendo isso como uma tática das empresas para evitar problemas de legitimidade com a sociedade. Laine (2009) analisou uma empresa de 1972 a 2005, percebendo que a divulgação ambiental foi usada para responder às pressões institucionais decorrentes do contexto social.

Também sob uma perspectiva de legitimidade, Hraksy (2012) analisou o conteúdo das divulgações sobre emissões de carbono, identificando que ações concretas estão relacionadas a empresas de maior impacto e divulgações simbólicas são feitas por empresas com baixo efeito no meio ambiente. Nessa linha, Murcia *et al.* (2008) e Chu, Chartejee e Brown (2013) também investigaram as informações ambientais divulgadas. No primeiro estudo foram identificadas 607 sentenças de 58 empresas, sendo 547 notícias boas e apenas 23 ruins, levando os autores a questionarem a utilidade e autenticidade do *disclosure* verde. Além disso, as informações boas e sem quantificação estão associadas aos relatórios de administração, e não sofrem auditoria. No segundo foi identificado que a maioria das informações são neutras ou positivas e os maiores níveis de divulgação estão relacionados às empresas com maior risco de impacto ambiental.

Relações estatísticas dos níveis de divulgações das informações ambientais foram encontradas com o tipo de empresa de auditoria, ao porte e ao desempenho das organizações (MURCIA *et al.*, 2008). Ainda, investimentos sociais e ambientais foram investigados em relação ao desempenho no estudo de Orellano e Quiota (2011), percebendo que são positivos e significativos quando o investimento social é interno, abrangendo os funcionários. No entanto, os investimentos em meio ambiente não apresentaram consistência positiva, por vezes mostrando relações negativas com o desempenho, porém sem significância estatística.

Com uma abordagem sobre os discursos acerca da responsabilidade social e ambiental, Carrieri, Silva e Pimentel (2009) identificaram tensões, ambiguidades e dissimulações, com falas sobre limites e finalidades da responsabilidade, bem como a percepção de benefícios institucionais e mercadológicos. A busca por benefícios tendo como meio as ações ambientais, tal como obter a certificação 14001, foi relacionado a ganhos de legitimidade e mercadológicos (PRAJOGO; TANG; LAI, 2012), indicando um papel distorcido de conduta organizacional.

Em um contexto mais abrangente, o tema sustentabilidade passou a fazer parte das organizações pelo conceito de *triple bottom line* (econômico, social e ambiental), incluindo o crescimento das pesquisas sobre responsabilidade social corporativa (*Corporate Social Responsibility* – CSR) e desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2004). Mostovicz, Kakabadse e Kakabadse (2011) identificaram as preocupações ambientais nas organizações a partir dos anos de 1960, com ampliação para a CSR principalmente a partir da década de 2000.

Tal como sobre outros interesses corporativos, as companhias podem promover a responsabilidade ambiental de forma que resulte em ações dessa natureza e em maior divulgação de informações, utilizando os elementos das alavancas de Simons (1995). Por elas, os gestores de topo podem solucionar problemas de interligação entre diferentes níveis organizacionais, tal como estratégico, tático e operacional (ZHANG *et al.*, 2013). Essa pesquisa atua especificamente sobre o uso do sistema de crenças, que possui papel motivacional, indutor do comportamento, por meio das declarações de missão, visão, crenças, valores e propósitos.

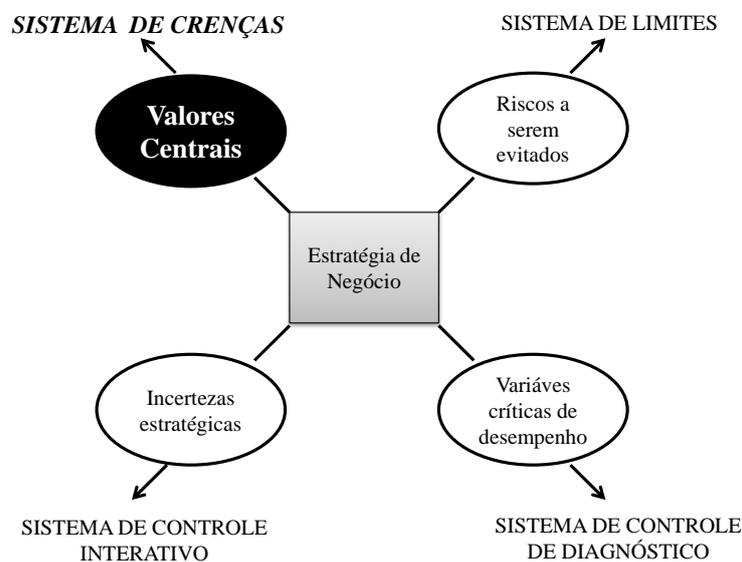
2.2 ALAVANCAS DE CONTROLE

O modelo de controle desenvolvido por Simons (1995) tem por base quatro alavancas (sistemas) de controle organizacional. Duas possuem conotação comportamental, criando a base para os sistemas de controle cibernético (diagnóstico e interativo). Trata-se dos sistemas de crenças e de limites, provenientes dos sistemas formais de controle (SIMONS, 1995). As

outras duas alavancas, controle de diagnóstico e interativo, são relacionadas a ferramentas que promovam a implementação e monitorem o desenvolvido das ações corporativas.

O sistema de crenças reforça o propósito da organização, e, por ele, o executivo principal utiliza os valores, a missão e a visão, ou seja, o conjunto de credos formais da companhia como indutores do comportamento. Essa alavanca procura motivar a busca por oportunidades, assim como guiar a execução das estratégias, utilizando a inspiração como meio. Junto à alavanca de limites, forma um conjunto complementar, à medida que o sistema de crenças tem caráter positivo, motivador para a procura de novas oportunidades, os limites definidos no outro tem conotação negativa, restritiva sobre como e quais oportunidades devem e não devem ser buscadas (SIMONS, 1995). Os limites constroem na organização as características necessárias para que o empreendedor aja com maior liberdade dentro de faixas restritivas.

Figura 1 – Sistema de controle estratégico



Fonte: adaptado de Simons (1995, p. 7)

O uso do sistema de crenças no comportamento organizacional e no direcionamento estratégico foi identificado com diversos objetivos organizacionais. Inclui a aprendizagem organizacional e desempenho econômico (WIDENER, 2007), indicar atenção aos *stakeholders* (KIN; CASE; PREMO, 2010), definição do planejamento estratégico e direcionamento do comportamento para atingir objetivos nos departamentos (MUNDY, 2010), mudanças radicais nas estratégias (MARGINSON, 2002) que podem surgir de momentos de crises (BJORKMAN, 1989; HERMANN, 1963), incluindo direcionamento das estratégias para mercados internacionais (KING; CASE; PREMO, 2010; LEE *et al.*, 2009).

O uso de sistema de crenças para declarações relacionadas à CSR, sobre ética, responsabilidade social e ambiental foi detectado como predominante nas declarações de missão de empresas em 2008 (KING; CASE; PREMO, 2010). A pesquisa identificou também o uso da missão para promover a ampliação dos mercados, indicando às empresas para tornarem-se globais. Outro estudo indicou uma alta relação entre as percepções dos funcionários sobre a CSR e a sua declaração pelas empresas (KHANDELWAL; MOHENDRA, 2010). Yozgat e Karatas (2011) analisaram companhias turcas e perceberam que as questões ambientais, identificadas em 60% das declarações de visão e 17% de missão, estão ligadas a empresas industriais, devido ao impacto de suas atividades no ambiente. Além disso, as formas de encorajar as pessoas pelo sistema de crenças apresentam-se vinculadas ao ramo de atividade.

3 HIPÓTESES E METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 HIPÓTESES DE PESQUISA E MODELOS ECONOMETRÍCOS

Tendo como pressuposto que as declarações do sistema de crenças são indutoras do comportamento organizacional (SIMONS, 1995) espera-se que os elementos considerados pela empresa apresentem reflexos nas atividades organizacionais. Dessa forma, presume-se que as empresas com declarações ambientais nesses itens mantenham atitudes positivas relacionadas ao meio ambiente (YOZGAT; KARATAS, 2011), incluindo maior nível de divulgação de informações financeiras e não-financeiras sobre suas relações com o meio ambiente (*disclosure* verde) e maior nível de ações corporativas em prol do meio ambiente (CHU; CHARTEJEE; BROWN, 2013; MURCIA *et al.*, 2008), resultando nas seguintes hipóteses:

H1a: *Maior ênfase da empresa em questões ambientais nas declarações do seu sistema de crenças eleva os níveis de disclosure verde.*

H1b: *Maiores níveis de atividades em prol do meio ambiente eleva os níveis de disclosure verde.*

Para isso foi desenvolvido o seguinte modelo econométrico.

$$DISC_i = f(SCA_i) \quad (1)$$

$$DISC_i = \beta_0 + \beta_1 SCA_i + \gamma Contr + \varepsilon_i \quad (2)$$

$$DISC_i = \beta_0 + \beta_1 SCA_i + \beta_2 GEST_i + \gamma Contr + \varepsilon_i \quad (3)$$

H2: *Maior ênfase da empresa em questões ambientais nas declarações do seu sistema de crenças eleva os níveis de atividades em prol do meio ambiente.*

Para testar a hipótese foi desenvolvido o seguinte modelo econométrico.

$$GEST_i = f(SCA_i) \quad (4)$$

$$GEST_i = \beta_0 + \beta_1 SCA_i + \gamma Contr + \varepsilon_i \quad (5)$$

Onde:

$DISC_i$: Representa as variáveis dependentes do modelo, indicativas do nível de *disclosure* verde voluntário da empresa i ;

$GEST_i$: Representa as variáveis indicativas do nível de atividades organizacionais em prol do meio ambiente da empresa i ;

β_0 : É o termo constante do modelo econométrico;

β_1 : É o parâmetro da variável explicativa SCA, estimado pela regressão linear;

SCA_i : É a variável explicativa do modelo, representativa da ênfase em declarações ambientais no sistema de crenças da empresa i ;

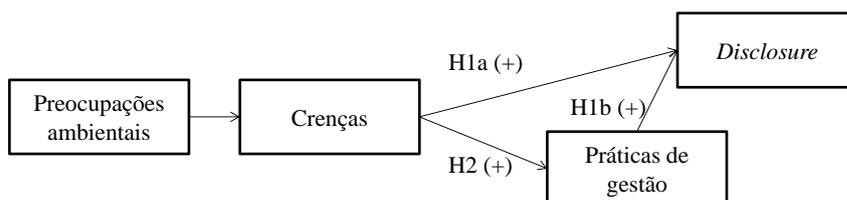
β_2 : É o parâmetro da variável explicativa GEST, estimado pela regressão linear;

$\gamma Contr$: São as variáveis de controle incluídas no modelo;

ε : O termo que representa o erro da estimação do modelo.

Espera-se uma relação positiva e significativa ($\beta_1 > 0$) entre as declarações com foco ambiental nos sistemas de crenças das empresas e a divulgação de informações sobre o tema (H1) e o nível de atividades pró meio ambiente (H2), conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Estrutura de hipóteses da pesquisa



Fonte: autores.

Para isso foram definidas as variáveis e a amostra de empresas, apresentadas a seguir.

3.2 VARIÁVEIS DE PESQUISA E COLETA DOS DADOS

Para a pesquisa, foram utilizados dados secundários, em sua maioria por fontes diretas das empresas e da BM&FBovespa, disponíveis nos websites. A base de dados Economática® foi a fonte indireta. Os dados referem-se a 2012 e foram coletados ao final de 2013.

3.2.1 VARIÁVEIS DEPENDENTES E INDEPENDENTES

Para testar as hipóteses de pesquisa foram utilizadas *proxies* para divulgação e gestão ambiental. Devido à diversidade de canais que a empresa pode utilizar para o *disclosure* verde e as diferentes formas de atuar em prol do meio ambiente, as variáveis utilizadas para representar DISC e GEST são listadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis dependentes

Hipótese	Variáveis	Descrição	Fonte
H1 DISC	CTB	Haver mensuração de ativos, passivos ou resultados ambientais, nos demonstrativos obrigatórios pela legislação comercial.	Demonstrações financeiras
	RA	Abordar o tema no relatório de administração.	Demonstrações financeiras
	WEB	Link no website da empresa dedicado a questões ambientais.	Website da empresa
	REL	Elaborar relatório ambiental ou capítulo dedicado em relatório anual de sustentabilidade, <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI) ou balanço social.	Website da empresa
H2 GEST	CERT	Possuir certificações relacionadas a questões ambientais.	Website e relatórios da empresa
	PREM	Obter prêmios por gestão ambiental ou sustentabilidade.	Website e relatórios da empresa
	PROJ	Manter ou apoiar projetos externos dedicados a questões ambientais.	Website e relatórios da empresa
	ISE	Participar no Índice de Sustentabilidade da BM&FBOVESPA.	Website da BM&FBOVESPA
	PROC	Possuir processos judiciais ou administrativos de natureza ambiental.	Demonstrações financeiras

Fonte: autores.

Para determinar os valores considerados nessas variáveis, foi definida uma escala de 3 pontos para a maioria delas, conforme Quadro 2. Na variável ISE utilizou-se escala binária.

Quadro 2 – Escala das questões das variáveis dependentes

Variáveis/Escala	0	1	2
CTB	Não apresenta	Mensuração de ativo ou passivo ou resultado ambiental.	Mensuração de ativo ou passivo ou resultado ambiental e abordagem nas notas explicativas.
RA	Não apresenta	Um tema abordado.	Dois ou mais temas abordados.
WEB	Não apresenta	Link compartilhado.	Link totalmente dedicado.
REL	Não apresenta	Capítulo em outro relatório.	Relatório específico.
CERT	Não apresenta	Obtenção da ISO 14001.	ISO 14001 e outra, também relacionada ao meio ambiente*.
PREM	Não apresenta	Premiação relacionada não específica**.	Premiação específica.
PROJ	Não apresenta	Apoio a projetos ambientais externos.	Criação e gestão de projetos ambientais externos.
ISE	Não apresenta	Participa do índice.	<i>Escala não utilizada</i>
PROC	Processos com perda provável.	Processos com perda possível.	Não apresenta

*Exemplos: OHSAS 18001 Segurança e Saúde Ocupacional; ISO 50001 - Gestão de Energia; GHGEV; ** Exemplos: PNQ; PGQP; outros que possuam questões ambientais nos critérios.

Fonte: autores.

As variáveis ISE e PROC não estão no mesmo padrão das demais escalas. ISE só pode ser classificada entre “não participa do índice” (0) ou “participa do índice” (1). Para PROC, por tratar-se de um fator negativo, a escala é inversa, em que a ausência de processos ambientais representa o ponto mais favorável.

Para a variável explicativa (SCA) foram utilizadas informações dos sistemas de crenças das companhias analisadas, de acordo com o modelo de Simons (1994, 1995): (a) visão; (b) missão; (c) valores; (d) declarações de propósito (política de gestão ambiental). Os dados foram coletados no *websites* das empresas e nos relatórios de gestão do ano de 2012. Foi definida uma escala de 0 a 4 pontos, pela contagem das declarações utilizadas pela empresa, nos quatro elementos citados. A pontuação 0 foi considerada quando a empresa não apresenta questões ambientais no seu sistema de crenças.

3.2.2 VARIÁVEIS DE CONTROLE

Tamanho: relação identificada entre o tamanho da companhia e o *disclosure* verde, representada pelo valor do ativo (AT) em milhões de reais (MACAGNAN, 2009; MENDES-DA-SILVA *et al.*, 2009; MURCIA *et al.*, 2008; NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). Os valores obtidos por meio da base de dados Economática®.

Governança corporativa: variável binária para adesão aos segmentos de governança corporativa (GC) da BM&FBOVESPA. Pelos princípios de GC esperam-se níveis mais elevados de transparência e divulgação das empresas que participam nos segmentos de governança corporativa: Nível 1; Nível 2; Novo Mercado (CUNHA; RIBEIRO, 2008). Os dados foram coletados diretamente no website da BM&FBOVESPA.

Nível de risco ambiental: potencial impacto ambiental do setor de atuação da empresa (CAMPBELL, 2004; DEEGAN; GORDON, 1996; MURCIA *et al.*, 2008). Utilizado como *proxy* a categorização estabelecida pela lei 10.165/2000 (BRASIL, 2000), traduzidos em duas variáveis *dummy*, uma para médio risco (NI_M) e outra para alto risco de impacto (NI_A).

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Dentre as empresas listadas na BM&FBOVESPA, a seleção inicial da amostra considerou aquelas que se enquadravam nos níveis alto, médio e pequeno risco de impacto ambiental, de acordo com a lei 10.165 (BRASIL, 2000), que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Por ela, foram classificadas 149 empresas: 49 de alto; 94 de médio; 6 de pequeno risco; conforme listagem no *website* da bolsa de valores em julho de 2013. Além delas, outras 269 não se enquadraram nos setores previstos na lei. A partir disso, foi estabelecida a composição de 3 estratos com 49 empresas, tendo como teto as de maior risco.

Para complementar a amostra daquelas com menor nível, utilizaram-se algumas não classificadas nos níveis de risco. Essa complementação do nível “pequeno” e a escolha do estrato de nível médio foram realizadas utilizando-se a fórmula “ALEATÓRIO” do Microsoft Excel®. Selecionaram-se 49 empresas de médio impacto e 43 empresas sem classificação, para compor a amostra com as 6 de pequeno impacto, já classificadas.

Entretanto, algumas informações não foram obtidas, tendo como motivo principal a ausência de divulgação do sistema de crenças. Além disso, foram analisadas as empresas que representam *outliers* da amostra, pela análise gráfica da carga octogonal dos fatores. A Tabela 1 indica a composição da amostra, em cada etapa.

Tabela 1 – Composição da amostra

Nível	População	Amostra inicial	Informações não localizadas	Ajuste	Amostra parcial	Outliers	Amostra final
Alto	49	49	19	0	30	5	25
Médio	94	49	30	+11	30	0	30
Pequeno	275	49	18	-1	30	0	30
Total	418	147	67	+10	90	5	85

Fonte: autores.

Por ela, as observações 62, 65, 75, 81 e 83 foram excluídas, por apresentarem observações anormais de tamanho (AT), dentre os maiores e menores níveis de valor do Ativo. Ainda, todas estavam classificadas no grupo de maior potencial de risco ambiental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA E ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Os dados da pesquisa indicam baixos níveis no uso da missão (11%) e da visão (25%) para declaração de questões ambientais pelas empresas. Em relação aos valores organizacionais, o percentual sobe para 49%, seguido da divulgação de informações sobre políticas ambientais ou sistemas de gestão ambiental, por 75% das companhias analisadas. Assim, 25% das empresas da amostra não possuem nenhuma declaração ambiental no seu sistema de crenças (SCA), contribuindo para a média (1,518) ser abaixo do ponto intermediário da escala (2). Além disso, somente três empresas declaram preocupações ambientais nos 4 elementos do sistema, todas classificadas no grupo de alto risco ambiental: Fertilizantes Heringer e duas do mesmo grupo, Suzano Holding e Suzano Papel e Celulose.

Conforme pode ser analisado pela Tabela 2, todas as variáveis dependentes possuem médias abaixo do ponto intermediário da escala, de 1,5. A divulgação por meio dos demonstrativos contábeis (CTB) é o item com menor incidência, média 0,223, tendo 5% das companhias na escala 2, 13% em 1 e 82% em 0. Ou seja, a grande maioria não utiliza a

contabilidade societária para divulgação de informações ambientais. Já os elementos que não necessitam mensuração econômica, nos quais podem ser utilizadas informações descritivas e não auditadas apresentam maior frequência, corroborando com Murcia *et al.* (2008).

Apenas 9 companhias da amostra não possuem espaços de divulgação ambiental em seus websites (WEB), sendo 4 de médio e 3 de pequeno risco. Inclusive esse é meio mais utilizado para divulgação, por 89% das empresas, seguido de relatórios anuais (REL: 69%) e dos relatórios de administração (RA: 62%). Entretanto, pode-se perceber que algumas empresas não atualizam constantemente seus websites, não constando informações dos anos mais recentes. Outro ponto a considerar é a predominância da vinculação dos relatórios que contemplam a sustentabilidade em sentido amplo (econômico, social e ambiental), alinhado à pesquisa de Mostovicz, Kakabadse e Kakabadse (2011).

Em relação às variáveis para gestão de atividades ambientais, percebe-se que a maioria mantém projetos próprios (PROJ: 58%), porém uma parte importante (28%) não declara atuar em nenhum projeto, concentrada nas empresas com médio (11) e pequeno risco (8), sem destaque a algum setor. Outro item é a baixa incidência de processos ambientais (PROC), com a maior média entre as variáveis (1,365). Alinhado com a expectativa de risco, a maioria das empresas que possui processos é do alto nível de impacto ambiental (16). Quanto aos setores, a maior incidência de processos ambientais foi identificada em: (a) “madeira e papel”, “alimentos processados” e “energia elétrica”, com 4 empresas cada; (b) 3 companhias cada nos setores “siderurgia e metalurgia” e “químicos”; de um total de 28 empresas nesses cinco setores.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas

	CTB	RA	WEB	REL	CERT	PREM	PROJ
Média	0,223	0,918	1,400	0,694	0,894	0,835	1,294
Mediana	0,000	1,000	2,000	1,000	1,000	0,000	2,000
Máximo	2,000	2,000	2,000	2,000	2,000	2,000	2,000
Mínimo	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
Desvio Padrão	0,520	0,820	0,676	0,463	0,913	0,937	0,884
Jarque-Bera	136,639	8,065	7,965	15,952	11,519	12,586	12,488
Propabilidade JB	0,000	0,018	0,019	0,000	0,003	0,002	0,002
n	85	85	85	85	85	85	85
	ISE	PROC	SCA	AT	GC	NI_M	NI_A
Média	0,165	1,365	1,518	10,281	0,588	0,353	0,294
Mediana	0,000	2,000	1,000	2,468	1,000	0,000	0,000
Máximo	1,000	2,000	4,000	172,196	1,000	1,000	1,000
Mínimo	0,000	0,000	0,000	0,009	0,000	0,000	0,000
Desvio Padrão	0,373	0,924	1,042	24,899	0,495	0,481	0,458
Jarque-Bera	52,005	15,186	3,300	2.652,50	14,225	14,675	16,529
Propabilidade JB	0,000	0,001	0,189	0,000	0,001	0,001	0,000
n	85	85	85	85	85	85	85

Fonte: autores.

Os reconhecimentos externos, por premiações (PREM) e certificações (CERT) possuem comportamentos semelhantes, com médias não distantes, porém com medianas diferentes. Nessas, 53% das empresas mantêm certificações e 47% possuem premiações ou reconhecimentos sobre suas práticas ambientais. No entanto, mesmo significativa, a correlação (Tabela 3) entre essas variáveis é de 0,230, ou seja, as diferentes formas de obtenção de reconhecimento externo estão correlacionadas, porém com baixos coeficientes. O mesmo

ocorre com outra variável que representa uma percepção externa à empresa, ISE, correlacionada em 0,296 com CERT e 0,317 com PREM, ambas significativas a 1%.

Tabela 3 – Matriz de correlação

	CTB	RA	WEB	REL	CERT	PREM	PROJ	PROC	SCA	AT
RA	0,29**									
WEB	0,25**	0,34**								
REL	-0,01	0,15	0,13							
CERT	0,28**	0,24**	0,20*	0,18						
PREM	0,10	0,35**	0,16	0,29**	0,23**					
PROJ	0,32**	0,33**	0,46**	0,28**	0,16	0,32**				
PROC	-0,32**	-0,26**	-0,22**	-0,13	-0,08	-0,40**	-0,42**			
SCA	0,13	0,33**	0,28**	0,41**	0,35**	0,36**	0,47***	-0,45**		
AT	0,40**	0,19*	0,18	0,19*	0,02	0,26**	0,23**	-0,32**	0,10	
GC	0,18	-0,17	0,07	0,07	0,19	-0,07	0,01	-0,01	0,05	0,16

Níveis de significância: * $p < 0,1$; ** $p < 0,05$.

Fonte: autores.

Como esperado, a variável SCA possui correlação positiva e significativa com a maioria das demais variáveis. O índice de correlação é mais acentuado com a utilização de relatórios (REL) e manutenção e projetos externos (PROJ). Por outro lado, as exceções são a relação não significativa com CTB, e negativa com PROC, contrariamente às expectativas. A relação não significativa com CTB pode ser explicada pelo baixo número de empresas que utilizam essa ferramenta para informações ambientais.

Diferentemente do esperado, NI_M apresentou correlação negativa com a maioria das variáveis, sendo significativa apenas com CTB e PROC. Já NI_A apresentou relações positivas com a maioria das demais variáveis, significativas com CTB, WEB, PROC e a variável explicativa SCA. Apesar de a maioria das correlações apresentarem sinal esperado e serem significativas, os níveis de correlação foram baixos, todos abaixo de 0,5.

4.2 RELAÇÕES DO SISTEMA DE CRENÇAS, *DISCLOSURE* E GESTÃO AMBIENTAL

As hipóteses 1 e 2 foram testadas e são apresentadas nesse tópico. Os dados das variáveis dependentes e de controle não apresentaram significância estatística a 95% para aceitação da hipótese nula de distribuição normal pelo teste Jarque-Bera (Tabela 2). Entretanto, o uso de regressão linear múltipla por MQO ainda é válido para identificação dos parâmetros da regressão, pois não se busca fazer inferências sobre a população.

4.2.1 Hipótese 1: *Disclosure verde*

Para o teste desta hipótese as variáveis utilizadas foram testadas por regressão linear múltipla com MQO, considerando a variável SCA conforme equação (2) do modelo e a inclusão das variáveis relacionadas às ações ambientais, pela equação (3), para cada variável dependente sobre o *disclosure verde*. Os resultados são apresentado na Tabela 4. No primeiro bloco de dados, os itens em destaque apresentam significância estatística para a probabilidade do regressor não ser zero, pelo teste t. O segundo bloco apresenta o nível de explicação da regressão (R^2) e os testes de significância conjunta dos regressores (F), de autocorrelação (Durbin-Watson – DW), heterocedasticidade (White) e de normalidade dos resíduos (Jarque-Bera – JB), e suas probabilidades, quando aplicável.

Tabela 4 – Regressões para *disclosure* verde

<i>Disclosure</i> n=85	CTB		RA		WEB		REL	
	MQO		MQO		MQO		MQO	
Equação	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)
Variáveis	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
C	0,020	0,099	0,609	0,559	1,023	0,710	0,453	0,273
SCA	0,001	-0,102	0,277	0,119	0,138	0,005	0,205	0,184
CERT		0,151		0,133		0,069		0,000
PREM		-0,092		0,129		-0,026		0,074
PROJ		0,132		0,138		0,328		0,030
PROC		-0,080		-0,062		0,034		0,069
ISE		0,165		0,156		0,076		0,157
AT	0,007	0,005	0,007	0,004	0,004	0,001	0,003	0,002
GC	0,105	0,024	-0,400	-0,420	-0,001	-0,035	0,079	0,057
NI_A	0,315	0,287	-0,103	-0,140	0,272	0,323	-0,291	-0,252
NI_M	-0,064	-0,058	0,221	0,227	0,134	0,187	-0,170	0,155
R ²	0,215	0,314	0,156	0,196	0,067	0,167	0,197	0,193
F	5,597	4,846	4,111	3,044	2,211	2,685	5,114	3,004
Prob F	0,000	0,000	0,002	0,003	0,061	0,007	0,000	0,003
Durbin-Watson	1,784	1,660	2,036	1,934	1,979	2,047	2,417	2,385
White	17,937	23,662	2,041	8,292	5,667	13,502	3,160	17,998
Prop White	0,003	0,009	0,843	0,600	0,340	0,197	0,675	0,055
Jarque-Bera	78,489	42,520	1,537	0,484	7,702	2,911	6,830	5,422
Prop JB	0,000	0,000	0,464	0,785	0,058	0,233	0,033	0,066

Fonte: autores.

A premissa de significância conjunta é atendida em todas as regressões. O teste DW indica ausência de autocorrelação para as equações de CTB (mod. (2)), RA e WEB e zona de indecisão para CTB (mod. (3)) e REL. Há heterocedasticidade somente para CTB e ausência de normalidade dos erros para CTB e REL (mod. (2)), pelo teste JB. Ainda, as regressões sofreram testes de variáveis redundantes e omitidas, em que foram analisados o percentual de explicação (R²) a autocorrelação, heterocedasticidade e de distribuição normal dos resíduos.

Os dados indicaram que a variável SCA é estatisticamente significativa nos modelos conforme equação (2), para a divulgação via relatórios de administração (RA), website das empresas (WEB) e nos relatórios da gestão (REL), não sendo possível rejeitar a hipótese 1a, de que o nível de ênfase no sistema de crenças possui relação com o nível de divulgação ambiental das empresas. Entretanto, considerando que o *disclosure* verde pode ser dependente do nível de atividades ambientais, pelas variáveis relacionadas às ações ambientais, a inclusão destas nas equações interfere na explicação da divulgação pelo sistema de crenças das organizações. Em particular, o sistema de crenças (SCA) apenas explica o nível de *disclosure* quando esta é realizada por meio de relatórios da gestão dedicados à sustentabilidade ou de cunho social, conforme equação modelo (3) da variável REL, não sendo possível confirmar H1a para os demais canais de comunicação, neste modelo (3).

Porém, apesar de influenciar no efeito da variável SCA, a maioria das ações ambientais não apresentou relação significativa com a divulgação das informações, sendo possível confirmar H1b apenas para um canal de comunicação e uma ação ambiental. Este resultado é contrário ao esperado, uma vez que as empresas, tendo ações concretas, apresentariam maior tendência à ênfase em sua divulgação. Neste ponto, apenas o apoio ou manutenção de projetos ambientais, variável PROJ, explica parte do nível de divulgação via website. Desta forma, a pesquisa também procura identificar se o sistema de crenças influencia as ações ambientais,

pois os modelos analisados neste tópico demonstram que a ação do SCA parece ser indireta em relação à divulgação de informações, conforme próximo tópico.

4.2.2 Hipótese 2: Gestão voltada ao meio ambiente

A Tabela 5 apresenta o resultado das regressões utilizadas para testar a hipótese 2. Regressões lineares com MQO foram utilizadas para CERT, PREM, PROJ e PROC. Para ISE, por ser binária, melhor se ajusta ao uso de regressão logística (logit) (GUJARATI, 2006).

Tabela 5 – Regressões para gestão ambiental

Gestão	CERT	PREM	PROJ	PROC	ISE
Equação	(5)	(5)	(5)	(5)	(5)
Variáveis	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.	Coef.
C	0,148	0,412	0,767	1,952	-3,118
SCA	0,289	0,292	0,388	-0,305	0,407
AT	-0,001	0,009	0,006	-0,009	0,056
GC	0,261	-0,255	-0,031	0,136	1,828
NI_A	0,179	0,092	-0,124	-0,468	-1,012
NI_M	0,312	0,018	-0,209	0,085	-0,864
R ²	0,119	0,147	0,217	0,296	0,406
F; LR	3,265	3,897	5,646	8,054	30,893
Prob F; Prob LR	0,010	0,003	0,000	0,000	0,000
DW	1,756	1,881	2,280	1,791	
White	5,907	4,944	5,052	4,182	
Prob White	0,315	0,424	0,409	0,523	
Jarque-Bera	4,050	4,600	3,558	5,371	
Prob JB	0,132	0,100	0,169	0,068	

Fonte: autores.

Para os testes do uso da regressão, a premissa de significância conjunta (F) é atendida em todos os casos. O teste Durbin Watson indica ausência de autocorrelação para CERT, PREM e PROC, zona de indecisão para PROJ. As regressões não apresentam problemas de heterocedasticidade pelo teste de White. O teste JB indica distribuição normal dos resíduos de todas as regressões. Essas regressões sofreram testes de variáveis redundantes e omitidas, em que foram analisados o percentual de explicação (R²) e os testes de autocorrelação, heterocedasticidade e de distribuição normal dos resíduos.

Desta forma, os resultados encontrados não rejeitam a hipótese 2, demonstrando que o sistema de crenças influencia as ações das empresas em favor do meio ambiente, para a obtenção de certificações e premiações, bem como para atuação em projetos ambientais e participação no ISE da BM&FBovespa. No entanto, a relação encontrada com os processos ambientais foi inversa, o que pode caracterizar que o empenho da companhia pela bandeira do meio ambiente em seu sistema de crenças tenha intenção de reduzir a possibilidade de efeitos jurídicos, porém sem a eficácia necessária. Ainda, pode ser uma forma de minimizar o impacto conjunto, pois empresas com mais ações judiciais podem buscar maneiras de compensar efeitos por outros meios. A discussão dos resultados obtidos nos testes de hipóteses e nas análises descritivas e de correlação é apresentada no próximo tópico.

5 DISCUSSÃO

Quando analisados os dados pela equação (2), em que não é possível rejeitar a hipótese de relação entre SCA e *disclosure* verde (H1a), pode-se perceber que, em geral, as empresas

que declaram preocupações ambientais em seus sistemas de crenças tendem a utilizar os relatórios de administração, seus websites e os relatórios de sustentabilidade como meio para comunicação de informações ambientais para a sociedade. Tal como esperado, essa prática apresenta-se mais elevada em empresas maiores, porém contraria a expectativa de relação com os setores de maior risco ambiental, tal como identificado anteriormente em relação ao uso de sistemas de contabilidade de gestão ambiental (CHRIST; BURRITT, 2013).

Mesmo não atendendo as premissas para o modelo de regressão em alguns casos, estas podem ser discutidas aqui, visando fundamentar novos estudos sobre a divulgação ambiental utilizando a contabilidade. A regressão não indicou relação significativa quando a divulgação é analisada pelos demonstrativos da contabilidade societária, alinhado aos achados de Murcia *et al.* (2008) sobre a preferência por outros meios de divulgação, não sujeitos a normas e auditorias. Ainda, a análise de correlação indicou ausência de significância entre a divulgação dos dados contábeis e o sistema de crenças, reforçando isto. O *disclosure* por esse meio é mais utilizado por empresas de maior risco ambiental e não apresentou relação significativa com o porte e o nível de governança corporativa. Os resultados indicam que as empresas não avaliam financeiramente seus impactos ambientais ou escolhem não divulgá-los, diante da ausência de obrigatoriedade e de eventuais exposições negativas, incorrendo em problemas de legitimidade.

Assim, a utilização de meios não contábeis para o *disclosure* verde corrobora a percepção de que as empresas preferem meios não auditados, nos quais pode ser dedicada ênfase a informações positivas ou neutras (CHU; CHARTEJEE; BROWN, 2013; MURCIA *et al.*, 2008). As informações de custos e passivos ambientais, fatores inerentes às atividades das empresas têm sua transparência comprometida, que poderia ser explicada pelo caráter intangível e subjetivo e não monetário apontado por Fenker e Souza (2010) e pelas dificuldades de sua captação e revelação constatadas na pesquisa de Fenker, Diehl e Alves (2013).

Ainda a divulgação via website mostrou-se relacionada às companhias que mantêm projetos ambientais, sendo a única relação significativa do *disclosure* com as práticas da empresa, não confirmando a hipótese 1b. Isso contraria a expectativa natural da relação, pois empresas com maior número de ações em favor do meio ambiente teriam interesse em ampliar a divulgação destas informações.

Quanto às práticas de gestão, hipótese 2, a relação com SCA não foi rejeita. Empresas que utilizam declarações ambientais nos seus sistemas de crenças apresentaram maior incidência de obtenção de prêmios nessa área, porém maior relação com processos ambientais. Além disso, as ações são intensificadas em empresas maiores e os maiores níveis de ocorrência de processos ambientais estão relacionados às empresas de alto risco ambiental, indicando que a classificação da lei está alinhada com os impactos ambientais efetivos.

As atividades de manter ou o apoiar projetos ambientais externos à organização cresce conforme se eleva a ênfase de declarações ambientais nos sistema de crenças. Ainda, tal prática de gestão varia de maneira relacionada ao tamanho da empresa, indicando que as maiores companhias possuem maior tendência a ela. A obtenção de premiações e certificações é também é intensificada e, contrariamente ao esperado, a validação externa não apresenta maiores níveis vinculada ao nível de governança corporativa.

Ressalva-se que as validações externas de certificações são opções da empresa no atendimento de normas exigidas por entidades certificadoras, de forma que, ao obtê-las e divulgar tais informações, procura legitimar-se perante agentes externos (SHOCKER; SETHI, 1973), obter ganhos institucionais e de reputação, bem como mercadológicos (CARRIERI; SILVA; PIMENTEL, 2009; PRAJOGO; TANG; LAI, 2012). Nesse sentido, a ênfase ambiental no sistema de crenças pode estar vinculada à própria procura por legitimação e não como indutora do comportamento das pessoas com finalidades pró meio ambiente. As práticas em prol da legitimidade ficam mais evidentes quando analisadas em conjunto, pela relação entre a

adesão das empresas aos segmentos diferenciados de GC da BM&FBOVESPA com a participação no ISE.

Como contraponto, as premiações externas são formas de legitimação por agentes considerados independentes, o que relaciona o uso do sistema de crenças à manutenção de atitudes corporativas positivas ao ponto de resultarem em tais reconhecimentos. Muito embora, é necessário reconhecer que tais prêmios possam ser obtidos por uma escolha da empresa em direcionar esforço para atender as regras necessárias para isso.

Por fim, a relação significativa com o porte da empresa corrobora com as pesquisas anteriores (MACAGNAN, 2009; MENDES-DA-SILVA *et al.*, 2009; MURCIA *et al.*, 2008; NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998), em alguns dos testes realizados. A validação externa, por meio de prêmios, certificações e selo ISE estão ligados às empresas maiores, porém estas apresentam maiores níveis de processos ambientais.

6 CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou identificar as relações estatísticas entre o uso, pelas empresas, do sistema de crenças (SIMONS, 1995) para declarações de questões ambientais e os reflexos nas práticas empresariais. Mais especificamente, maior ênfase ambiental nas crenças corporativas se apresentam relacionadas à divulgação de informações ambientais e a práticas de gestão voltadas ao meio ambiente.

As hipóteses testadas apresentaram significância estatística na maioria das relações, alinhado à expectativa de adequação das companhias ao ambiente (SUCHMAN, 1995) diante do movimento favorável à SCR (MOSTOVICZ; KAKABADSE; KAKABADSE, 2011). Em geral, as declarações ambientais foram positivamente relacionadas à divulgação de informações e às práticas ambientais, indicando que o sistema de crenças pode direcionar esforços.

Também foi possível identificar que as empresas divulgam informações sobre suas práticas ambientais e promovem os reconhecimentos externos, por meio de certificações, premiações e diferenciação no mercado de capitais. Esses achados estão relacionados à premissa da legitimidade organizacional (SHOCKER; SETHI, 1973), vinculada a itens que já fazem parte do contexto social das organizações, tal como as preocupações ambientais.

Entretanto, contrariamente ao esperado, não foi possível relacionar as práticas ambientais das empresas com o nível de divulgação destas informações. Assim, novos estudos podem debruçar esforços sobre tal fenômeno, procurando identificar novas mídias ou formas de avaliar e medir níveis de ações ambientais e divulgações de informações.

Assim, a pesquisa contribui para a ampliação do entendimento das relações entre o uso dos sistemas de crenças e as práticas de gestão das organizações. Também contribui para a ampliação das variáveis, considerando posicionamentos por parte da empresa e a validação das práticas de gestão ambiental por agentes externos, por meio de premiações, certificações e reconhecimentos. Nelas, utilizaram-se variáveis de dados publicados pelas organizações, de forma que novas pesquisas podem buscar informações por meio de questionários ou pela análise do conteúdo do dados publicados, tal como a natureza das informações divulgadas.

REFERÊNCIAS

BJORKMAN, I. Factors influencing processes of radical change in organizational belief systems. **Scandinavian Journal of Management**, v. 5, n. 4, p. 251–271, 1989.

BRASIL. **Lei 10.165. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente**, 2000.

- CAMPBELL, D. A longitudinal and cross-sectional analysis of environmental disclosure in UK companies - a research note. **The British Accounting Review**, v. 36, n. 1, p. 107–117, mar. 2004.
- CARRIERI, A. DE P.; SILVA, A. R. L. DA; PIMENTEL, T. D. O tema da proteção ambiental incorporado nos discursos da responsabilidade social corporativa. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, n. 1, p. 1–16, 2009.
- CHU, C. I.; CHATTERJEE, B.; BROWN, A. The current status of greenhouse gas reporting by chinese companies: a test of legitimacy theory. **Managerial Auditing Journal**, v. 28, n. 2, p. 114–139, 2013.
- CUNHA, J. V. A. DA; RIBEIRO, M. DE S. Divulgação voluntária de informações de natureza social: um estudo nas empresas brasileiras. **Revista de Administração Eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 1–23, 2008.
- DEEGAN, C.; GORDON, B. A study of the environmental disclosure practices of australian corporations. **Accounting and Business Research**, v. 26, n. 3, p. 187–199, 1996.
- ELKINGTON, J. Enter the triple bottom line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Eds.). **The triple bottom line: does it all add up?** Londres: Earthscan, 2004. v. 1p. 1–16.
- FENKER, E. A.; SOUZA, M. A. Um ensaio em busca de entendimento da relação entre custos ambientais e desempenho econômico. XVII Congresso Brasileiro de Custos. **Anais...** Belo Horizonte, 2010.
- FENKER, E. A.; DIEHL, C. A.; ALVES, T. W. Um Estudo Empírico sobre Gestão de Custos e Riscos Ambientais em Empresas Atuantes no Brasil. **Revista Ambiente Contábil**. v. 5. n. 2, p. 190–208, 2013.
- GUJARATI, D. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- HERMANN, C. F. Some consequences of crisis which limit the viability of organizations. **Administrative Science Quarterly**, v. 8, p. 61–82, 1963.
- HILLMAN, A. J.; KEIM, G. D. Shareholder value, stakeholder management, and social issues: what's the bottom line? **Strategic Management Journal**, v. 22, n. 2, p. 125–139, 2001.
- HRASKY, S. Carbon footprints and legitimation strategies: symbolism or action? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 25, n. 1, p. 174–198, 2012.
- KHANDELWAL, K. A.; MOHENDRA, N. Espoused organizational values, vision, and corporate social responsibility: does it matter to organizational members? **Vikalpa: The Journal for Decision Makers**, v. 35, n. 3, p. 19–35, 2010.
- KING, D. L.; CASE, C. J.; PREMO, K. M. Current mission statement emphasis: be ethical and go global. **Academy of Strategic Management Journal**, v. 9, n. 2, p. 71–87, 2010.
- LAINE, M. Ensuring legitimacy through rhetorical changes?: A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 22, n. 7, p. 1029–1054, 2009.
- LEE, S.-H. et al. Strategic choice during economic crisis: domestic market position, organizational capabilities and export flexibility. **Journal of World Business**, v. 44, n. 12, p. 1–15, jan. 2009.
- MACAGNAN, C. B. Evidenciação voluntária: fatores explicativos da extensão da informação sobre recursos intangíveis. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 50, p. 46–61, 2009.

- MARGINSON, D. E. W. Management control systems and their effects on strategy formation at middle-management levels: evidence from a U.K. organization. **Strategic Management Journal**, v. 23, n. 11, p. 1019–1031, nov. 2002.
- MENDES-DA-SILVA, W. et al. Disclosure via website corporativo: um exame de informações financeiras e de governança no mercado brasileiro. **Revista de Administração de Empresas**, v. 49, n. 2, p. 190–205, jun. 2009.
- MOBUS, J. L. Mandatory environmental disclosures in a legitimacy theory context. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 18, n. 4, p. 492–517, 2005.
- MOSTOVICZ, E. I.; KAKABADSE, N. K.; KAKABADSE, A. Corporate governance: quo vadis? **Corporate Governance**, v. 11, n. 5, p. 613–626, 2011.
- MUNDY, J. Creating dynamic tensions through a balanced use of management control systems. **Accounting, Organizations and Society**, v. 35, n. 5, p. 499–523, jul. 2010.
- MURCIA, F. D. et al. Disclosure verde nas demonstrações contábeis: características da informação ambiental e possíveis explicações para a divulgação voluntária. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 260–278, 2008.
- NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Organizations and Society**, v. 23, n. 3, p. 265–282, 1998.
- ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, p. 471–484, 2011.
- PRAJOGO, Daniel; TANG, Ailie K. Y. LAI, Kee-hung. Do firms get what they want from ISO 14001 adoption?: an Australian perspective. **Journal of Cleaner Production**. v. 33, p. 117-126, 2012.
- SHOCKER, A. D.; SETHI, S. P. An approach to incorporating societal preferences in developing corporate action strategies. **California Management Review**, v. 15, n. 4, p. 97–105, jul. 1973.
- SIMONS, R. How top managers control systems as levers of strategic renewal. **Strategic Management Journal**, v. 15, p. 169–189, 1994.
- SIMONS, R. **Levers of control: how managers use innovative control systems to drive strategic renewal**. Massachusetts: Harvard Business School Press, 1995. p. 217
- SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571–610, 1995.
- WIDENER, S. K. An empirical analysis of the levers of control framework. **Accounting, Organizations and Society**, v. 32, n. 7-8, p. 757–788, out. 2007.
- YOZGAT, U.; KARATAŞ, N. Going Green of Mission and Vision Statements: Ethical, Social, and Environmental Concerns across Organizations. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 24, p. 1359–1366, jan. 2011.
- ZHANG, Feng; RIO, Maud; ALLAIS, Romain; ZWOLINSKI, Peggy; CARRILLO, Tatiana Reyes; ROUCOULES, Lionel; MERCIER-LAURENT, Eunika; BUCLET, Nicolas. Toward an systemic navigation framework to integrate sustainable development into the company. **Journal of Cleaner Production**. v. 54, p. 199-214, 2013.